

“Fora galego!” Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX*

Irene Vaquinhas**

Resumo: Este artigo analisa um caso de antilusitanismo ocorrido no estado do Pará, nos anos 1870, tomando, sobretudo, como base de pesquisa imprensa periódica portuguesa e documentação consular disponível no Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Portugal (Lisboa). O assassinato de alguns emigrantes portugueses, na maioria comerciantes de retalho com algum peso na economia local, deu visibilidade a um movimento de fundo, de cariz nacionalista e de contestação à presença estrangeira, naquele estado, em especial antilusitano. A documentação permite aprender alguns dos fundamentos deste tipo de movimento (formas de competição ao nível do mercado de trabalho entre portugueses e brasileiros, importância numérica de cidadãos lusos no comércio retalhista e no comércio ao longo do rio Amazonas, o papel da imprensa e seus principais mentores, entre outros aspectos), concluindo também pela instrumentalização política e ideológica deste caso por forças opositoras ao regime vigente.

Palavras-chave: Emigração portuguesa; Pará, anos 1870; Antilusitanismo; Nacionalismo; “Questão paraense”.

Abstract: This paper analyses a case of anti-lusitanism that took place in the state of Pará, in the 1870's, using mostly Portuguese periodicals and consular documentation available at the Ministry of Foreign

Affairs of Portugal (Lisbon) as its research base. The assassination of some Portuguese emigrants, mostly retailers with some influence in the local economy, brought to light, in that state, a far-reaching movement of nationalist nature and of contestation to the presence of foreigners, mostly against Portuguese people. The documentation makes it possible to grasp some of the foundations of this type of movement (forms of competition in terms of the labor market between the Portuguese and the Brazilian, the numerical importance of Portuguese citizens in retail trade and in trade along the Amazon river, the role of the press and its main mentors, among other aspects), attesting the political and ideological appliance of this case by forces that opposed the ruling regime.

Keywords: Portuguese Emigration; *Pará*, the 1870's; Antilusitanism; Nationalism; "The *Pará* Issue".

Introdução

No 1.º de Fevereiro de 1873, por ocasião de uma festa no largo da igreja do Rosário, na cidade de Belém do *Pará*, é apeada de um mastro, por um grupo de cidadãos brasileiros, uma bandeira portuguesa e, em seguida, queimada e rasgada.¹ Este incidente, pelo seu carácter provocador e pelas repercussões diplomáticas que poderia vir a desencadear nas relações luso-brasileiras, foi imediatamente desdramatizado pelas autoridades consulares portuguesas, sediadas naquela cidade, retirando-lhe qualquer representatividade no plano do direito internacional. Caso fosse

considerado *casus belli*, ou seja, “uma provocação directa a Portugal”, obrigaria o Estado português a “declarar guerra ao Império”. Qualificado como um desacato, o caso foi entregue ao poder judicial e os seus autores materiais tratados em conformidade.

Este episódio, sumariamente descrito, foi o ponto de partida para uma série de desacatos contra a Colónia Portuguesa que, na década de 1870, ensanguentaram o Estado do Pará. Na sua base encontra-se o forte antilusitanismo que, tomando como alvo privilegiado a classe mercantil, foi encabeçado sobretudo pelo jornal *A Tribuna*.² Este periódico paraense, “popular e de ideias republicanas”,³ como se afirmava no plano político o seu corpo redactorial, seria o porta-voz de um movimento de opinião de raiz nacionalista, que se manifestaria, em algumas ocasiões, por uma grande violência. Tributário de interesses políticos e económicos, usando e abusando da calúnia e da afronta verbal, acicatando ódios e ressentimentos antigos, o periódico *A Tribuna* tornar-se-á, ao tempo, um exemplo de um jornalismo faccioso, venal, suspeito, mas incontestavelmente temido. À sua maneira, contribuiu para a tomada de consciência do “poder mediático” da imprensa, como hoje se diria, e para demonstrar a influência dos jornais na vida social, num período ideologicamente bastante conturbado, marcado pelo avanço das forças republicanas na cena política brasileira e por conflitos jurisdicionais entre o Estado e a Igreja.

A hostilidade contra os portugueses tinha raízes antigas no Brasil, remontando aos tempos longínquos da expansão-colonização. O processo de independência (1822-1825) gerara uma série de conflitos com a “perseguição aos “europeus” e aos seus bens”,⁴ multiplicando-se as reacções contra a colónia lusa que se mantivera no país. A título exemplificativo cite-se o caso do movimento nativista da *Cabanagem* que, na década de trinta (1835-1840), eclodiu no Estado do Grão-Pará com o

propósito político de erradicação da “minoría portuguesa ainda atuante após a abdicação de D. Pedro I”.⁵

Esta relação conflituosa nunca desapareceu, permanecendo em estado latente e pronta a ser reactivada sempre que as circunstâncias o exigissem. Foi precisamente o que aconteceu no Pará, na década de 1870, coincidindo com o aumento da emigração.⁶ As diatribes lusófobas sucedem-se na imprensa reclamando-se contra os “galegos infames” que “chegando aqui sem vintém, sem ofício nem benefício, compram logo fiado uma taberna, assinam muitas vezes letras, sem saberem o que assinam, e ao depois para pagarem, andam roubando aqui e acolá”.⁷

Compreender, pois, as razões do antilusitanismo que, no terceiro quartel do século XIX, fez temer, no Pará, pela segurança de cidadãos portugueses, avaliar o papel da imprensa nesse processo bem como do contributo do consulado português para a resolução da “questão paraense”, é o meu objectivo nesta breve comunicação.

A reconstituição da cronologia dos acontecimentos é feita a partir da correspondência política e diplomática do consulado do Pará (1870-1879), depositada no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, bem como do recurso à imprensa periódica portuguesa. Na impossibilidade de fazer a sua cobertura a nível nacional optei pela imprensa conimbricense,⁸ a qual, para além, de permitir uma avaliação do impacto local de um “caso” de ressonância internacional, transcreve com regularidade artigos de outros periódicos. Trata-se, porém, de uma “leitura” unilateral desta problemática a exigir o confronto com a documentação brasileira.

“Pelo que se refere ao Pará, os espíritos andam agitados...”:
um esboço da situação conjuntural

“Pelo que se refere ao Pará, os espíritos andam agitados...”: assim era descrito o ambiente vivido naquele estado do norte do Brasil nos inícios da década de 1870, pelo cônsul português, Joaquim Baptista Moreira, em relatório enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Conselheiro João de Andrade Corvo. E acrescentava aquele funcionário: “Esta província que acaba de atravessar a crise lamentável da febre amarela [...] vai agora passando por outra desde o começo do presente ano relativa ao comércio”.⁹

Com efeito, os tempos não corriam de feição naquele grande estado banhado pelo rio Amazonas. Às grandes questões da política nacional que nesta fase do pós-guerra com o Paraguai¹⁰ polarizavam a atenção (extinção da escravatura, crescimento das forças da oposição, crises administrativas e económicas, eleições gerais de 1872) e perturbavam a tranquilidade pública,¹¹ associaram-se alguns acontecimentos que prejudicaram gravemente a economia paraense.

Logo nos anos de 1871-1872, o surto epidémico de febre amarela, ao provocar um número inusitado de óbitos e ao roubar muitos braços à agricultura, associado aos rigores inverniais, tornando escassas as produções agrícolas,¹² encarecendo os principais géneros e reduzindo o poder de compra das populações locais, instalou o mal-estar geral. Estas dificuldades, que se sucedem a um período de relativo desenvolvimento agrícola e comercial baseado na exportação para os mercados europeus que caracterizou a economia brasileira desde meados do século XIX, foram duramente sentidas. A corrente importadora mantém-se mas o escoamento de produtos paraenses afrouxa, traduzindo-se numa crise comercial que colocou em situação de risco comerciantes e negociantes

locais. Algumas firmas internacionais abrem falência, arrastando na sua queda estabelecimentos do comércio retalhista e obrigando proprietários a homiziar-se ou a evadir-se de modo a evitar a prisão por “falência comercial”.¹³

Ora, segundo a documentação consular, a maior parte do comércio retalhista encontrava-se, no Pará, nas mãos de cidadãos portugueses.¹⁴ A avaliar por uma fonte indirecta – “*Relação nominal dos súbditos portugueses falecidos na cidade de Santa Maria de Belém*”¹⁵ – a presença lusa afigura-se, de facto, significativa neste sector da actividade económica. Cerca de metade (47,4%) dos emigrantes portugueses falecidos na capital do Pará entre Julho de 1873 e Julho de 1875 dedicava-se ao comércio e à indústria, com largo predomínio (90,3%) de comerciantes, caixeiros e agenciários (Quadro 1). Já na agricultura eram em número reduzido (18%), o que, para o cônsul de Portugal, se justificava pelo facto de não haver, no Pará e no Amazonas, “grande ou pequena lavoura, cujas propriedades rurais ou engenhos necessitem mandar vir colonos para seu trabalho”, adiantando que “aqui a agricultura é [...] espontânea limitando o seu trabalho em extrair do solo os variados produtos da natureza”.¹⁶

Quadro 1
Repartição socioprofissional dos imigrantes portugueses falecidos na cidade de Belém do Pará (Julho de 1873 a Julho de 1875)

	Nº	%
Administração Pública	1	0,7
Empregado público	1	
Profissionais liberais	1	
Cirurgião		
Comércio e Indústria	72	47,4
Agências	22	

Caixeiro	16	
Comerciante	27	
Empregado bancário	1	
Fabricante	1	
Guarda-livros	2	
Leiloeiro	1	
Penteeiro	1	
Refinador de açúcar	1	
Agricultores e trabalhadores rurais	28	18,4
Agricultor	1	
Horticultor	2	
Lavrador	3	
Proprietário	6	
Trabalhador	16	
Trabalhadores dos Transportes	11	7,2
Carreiro	5	
Catraeiro	1	
Marítimo	5	
Trabalhadores oficiais	27	17,8
Aguadeiro	1	
Alfaiate	1	
Artista	9	
Barbeiro	1	
Boleiro	1	
Carpinteiro	3	
Carroceiro	4	
Ferrador	1	
Ferreiro	1	

Ourives	1	
Padeiro	2	
Pintor	1	
Sem identificação	12	7.9
Total	152	100

Os súbditos portugueses eram, pois, uma presença forte no comércio urbano, dominando também, pelo menos parcialmente, o comércio ambulante praticado por regatões ao longo do rio Amazonas.¹⁷ A pretexto da exploração económica que os almocreves faziam nas transacções com as populações índias (*tapuios*),¹⁸ os comerciantes lusos exigiam direitos sobre as permutas. Esta imposição “com carácter proibitivo”, como escrevia Augusto de Carvalho, era apadrinhada pelas autoridades provinciais, tendo como fundamento a influência económica e política detida pelos pequenos comerciantes nas localidades do interior.¹⁹ A liberalização da navegação do rio Amazonas, promulgada em 1867,²⁰ vem pôr termo a este “monopólio”, e colocar em situação difícil firmas comerciais até então pouco afectadas pela concorrência. É neste contexto que se deve situar, em Abril de 1872, a rescisão do contrato da *Companhia Fluvial Paraense* que detinha o monopólio da navegação a vapor dos principais rios do Pará, e de cuja comissão fiscal faziam parte negociantes portugueses.²¹ A atitude governamental foi, ao tempo, saudada por largas fracções da opinião pública brasileira e apoiada por manifestações de rua, em regozijo dos “deputados brasileiros que sabem repelir o estrangeiro”.

22

É a partir deste lugar de destaque ocupado pelos portugueses no comércio retalhista que se foi construindo e reforçando o antilusitanismo no Pará.²³ A competição entre portugueses e brasileiros estendia-se ainda a outros ramos da actividade económica. Em relatório datado de 31 de Dezembro de 1874, o cônsul de Portugal na cidade de Belém do Pará dava

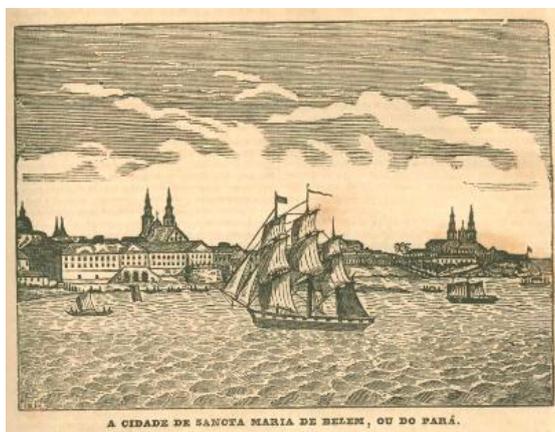
conta da preferência por súbditos nacionais em ocupações da marinha fluvial, tráfego do porto, serviço braçal da Alfândega, repartições e obras públicas, justificando-a pelos seus “hábitos de trabalho e dedicação”.²⁴

O emigrante português era, pois, um sério concorrente num mercado de trabalho com oportunidades escassas. Apesar de, no terceiro quartel do século XIX, ter crescido a exploração comercial da borracha,²⁵ houve nos primeiros anos da década uma forte deterioração do poder de compra devido às dificuldades económicas e à retracção dos negócios e do crédito.²⁶ O aumento do fluxo migratório a partir da década de 1870 veio agravar esta situação, inflacionou a oferta de trabalho e contribuiu para acicatar a “disputa amorosa” entre portugueses e brasileiros, já que a maior parte dos emigrantes que chegava ao Pará era constituída por rapazes solteiros, entre os 12-14 anos, sendo em escasso número os homens casados e as mulheres provenientes de Portugal.²⁷

Acentuou este clima de tensão, a instabilidade política e religiosa vivida no Pará, no ano de 1872, provocada pelas eleições gerais e pelo conflito que opôs o governo ao episcopado,²⁸ fazendo explodir, ao mais pequeno pretexto, ódios acumulados. Alguns anos mais tarde os ânimos ainda não tinham serenado de tal modo que, em 1876, aquando da representação, na cidade de Belém, de um drama intitulado *Os Maçons*, o qual focava a evolução da Maçonaria e estigmatizava o jesuitismo, os portugueses são, mais uma vez, objecto da ira popular, acusados de serem os “mais numerosos membros da Maçonaria e inimigos da religião católica”.²⁹ A aproximação de estratos comerciais (comerciantes e caixeiros) e esta sociedade secreta afigura-se, de facto plausível, a exemplo do sucedido em Portugal.³⁰ Assinale-se igualmente que a documentação consular regista a presença de portugueses na *Associação Católica Paraense*, subscrevendo, em 1874, uma moção de protesto pela prisão do bispo do Pará, D. António de Macedo Costa.³¹ Trata-se, porém, de situações que sugerem o

envolvimento político da colónia, ou pelo menos de alguns dos seus membros, não obstante o corpo consular o negar terminantemente.³²

A vontade de integração no novo país de acolhimento aconselhava, de facto, prudência e neutralidade nas questões de política interna brasileira, atitudes que se ofereciam mais vantajosas para a colónia portuguesa, a quem “pouco importavam as mudanças institucionais, desde que a legislação garantisse a cada um o seu pleno desenvolvimento”.³³



Fonte: *O Panorama, Jornal Litterario e Instructivo*, vol. IV, n° 153, 4 de Abril de 1840, Lisboa, na Typographia da Sociedade, p. 105.

“O comércio terá também o seu Ipiranga”: a crítica à liberdade de comércio

Ora, o que os simpatizantes republicanos paraenses exigiam era precisamente uma alteração legislativa que garantisse aos cidadãos brasileiros o comércio de retalho. O jornal *A Tribuna* será o porta-voz desta reivindicação, reproduzindo uma corrente de opinião largamente consensual na sociedade paraense e não exclusiva de sectores políticos mais combativos.³⁴ A nacionalização do comércio de retalho fora, com

efeito, bandeira do partido liberal brasileiro até 1848, não se reduzindo a uma forma exclusivamente política, compaginando-se com a crítica ao livre-cambismo e à tributação indirecta.

As censuras formuladas pelo jornal *A Tribuna* aos comerciantes portugueses fundamentam-se em várias acusações, entre as quais a de roubarem, de todas as formas possíveis, enriquecendo à custa dos nacionais, tanto no comércio que dominavam “em exclusivo”, como no tráfego da borracha ou ainda como “moedeiros falsos”, emitindo moeda ilegal.³⁵ As críticas incidiam ainda sobre a falta de solidez dos estabelecimentos comerciais lusos, assentes no crédito, o que não estaria muito longe da verdade, em alguns casos, a avaliar pela série de falências ocorridas durante este período. Acompanhavam-nas toda uma argumentação destinada a contrariar a emigração lusa, denegrindo-se a imagem de Portugal e do emigrante (Portugal era um dos países mais atrasados da Europa, os emigrantes eram “ignorantes”, chegavam sem capital, só se dedicavam aos negócios que geriam com “ganância, imoralidade e sórdida ambição”, não se aplicavam na lavoura nem em qualquer outra actividade produtiva para o país).³⁶ Sugeriam, inclusive, algumas soluções que poderiam subverter a situação existente. Entre as medidas apontadas, incluía-se a isenção de tributação e de dispensa do serviço militar para todos os brasileiros que se estabelecessem com casa comercial ou para aqueles que contratassem exclusivamente caixeiros nacionais;³⁷ inversamente dever-se-ia sobrecarregar de impostos todos os comerciantes que tivessem assalariados portugueses.³⁸ E concluía *A Tribuna*, enlaçando a questão do regime com a questão lusa, ou seja, criticando em simultâneo o governo brasileiro que permitia a liberdade comercial e os cidadãos lusos que dela beneficiavam: “Não queremos ser escravos. É esta a nossa questão principal. Os portugueses querem fazer-nos retroceder aos tempos coloniais”.³⁹

Está aqui bem presente o receio de recolonização que surge num momento em que esta não constituía qualquer ameaça ou perigo. O discurso antilusitano será adoptado pelas facções das elites locais paraenses, afastadas do poder, como forma de estratégia política, acusando a ala conservadora no governo de defender interesses portugueses de dominação, senão mesmo de “recolonização”, e tentando assim arregimentar para o seu lado os estratos económicos mais desfavorecidos. Com efeito, os custos mais elevados das crises recaíam sobre as populações que tinham de enfrentar a carestia dos produtos de subsistência, cujos preços eram manipulados por especuladores.

Foi precisamente nas populações “menos ilustradas” que os apelos de “Fora ladrões! fora canalha!” lançados pelo jornal *A Tribuna* encontraram maior receptividade, multiplicando-se de imediato as manifestações de rua, os espancamentos e as atitudes de intimidação (pancadas nas portas da noite, ameaças de morte, etc.) a portugueses, em particular a comerciantes. Mais gravemente, cometeram-se alguns homicídios. De Maio de 1872 a Dezembro de 1875, de acordo com os dados que apurei da documentação consular, são assassinados, em várias localidades do interior do Pará, 9 cidadãos portugueses (6 comerciantes, 2 caixeiros e 1 calafate).⁴⁰

Este número é inferior ao indicado pelos periódicos conimbricenses mas afigura-se verosímil. A imprensa portuguesa dramatizou esta questão e empolou os acontecimentos, inclusive o número de crimes, dando a ideia de que o ambiente no Pará era de completa “anarquia”, chegando alguns jornais a falar de “combinação para a matança geral dos portugueses”.⁴¹ Procurava-se, desta forma, contrariar a emigração para o Brasil, numa altura em que se começavam a fazer ouvir, em Portugal, os protestos dos proprietários rurais obrigados a pagar salários elevados devido à escassez de braços nos campos.⁴²

Seja como for, os actos violentos criaram à colónia residente no Pará uma grande insegurança. São de imediato exigidas providências, uma vez que as forças policiais brasileiras se limitavam a tomar conta das ocorrências, não actuando de modo a pôr termo aos “desmandos” do jornal *A Tribuna*,⁴³ cujos redactores pareciam nada temer, chegando ao ponto de insultar o monarca português, chamando-lhe “rei devasso e bêbado”.⁴⁴ Em 1874, alguns emigrantes amedrontados com a onda de violência solicitam ao governo português a sua repatriação, no que serão atendidos. A oportunidade será aproveitada pelo poder central para estabelecer núcleos de povoamento europeu em África, dirigindo os emigrantes que se mostraram interessados para a costa ocidental,⁴⁵ a exemplo do sucedido em anos anteriores com colonos da zona de Pernambuco.⁴⁶ Pela documentação oficial depreende-se tratar de cidadãos de fracos recursos económicos, sem capacidade para custear a viagem que será integralmente suportada pelo Estado, não havendo menção a comerciantes entre os embarcados.

Já o consulado adopta um distanciamento prudente, procurando não sobrevalorizar os acontecimentos e evitar a todo o custo qualquer tomada de posição que pusesse em causa “o relacionamento fraternal” entre as duas nações.⁴⁷ Todavia, em officios confidentiais enviados para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o cônsul manifesta apreensão pela dimensão do movimento. Sugere, inclusive, a deslocação para o Pará de um navio de guerra,⁴⁸ como forma de tranquilizar os espíritos, sugestão que será aceite pelo governo português. Em Novembro de 1874, entrará no porto de Belém do Pará, a corveta *Sagres* da armada real.⁴⁹ Este acto seria, mais uma vez, pretexto para uma investida do jornal *A Tribuna* contra os cidadãos portugueses, invectivando os “janotas de luneta”, ou seja, os oficiais, e acusando-os de contrabando.⁵⁰

Contudo, formalmente, os representantes consulares agirão dentro da maior legalidade, limitando-se a pedir às autoridades provinciais celeridade nas investigações e a extinção do jornal *A Tribuna*.⁵¹ Porém, a grande amplitude da legislação brasileira em matéria de liberdade de imprensa impedia qualquer intervenção judicial que conduzisse à apreensão daquele periódico,⁵² possibilitando apenas que fosse apresentada queixa contra o seu director, como veio efectivamente a acontecer.

A partir do ano de 1876, *A Tribuna* altera ligeiramente a sua linguagem, o que parece estar relacionado com a mudança das chefias militares e provinciais do Pará. Com efeito, embora a documentação consular nada mencione, alguns indícios permitem supor que os assomos nacionalistas de *A Tribuna* tinham o apoio de alguns corpos do exército. E que era assim, prova-o não só a participação activa de soldados nos descatos contra portugueses, inclusive como autores materiais de alguns dos assassinatos cometidos; a sua não repreensão por superiores quando de actos mais excessivos, assim como o facto de o director e proprietário de *A Tribuna* ser um militar de carreira, de seu nome Marcelino Nery, o qual tomara parte na manifestação antilusitana do largo da Igreja do Rosário, em 1873. Aliás, o envolvimento de militares nos conflitos, sobretudo de soldados dos corpos de infantaria e artilharia,⁵³ “quando deviam ser mantenedores da ordem”, era frequentemente denunciada por alguns jornais liberais paraenses, exigindo-se a sua transferência para outras localidades.⁵⁴ O apoio dos militares à causa de *A Tribuna* parece justificar-se por afinidades de carácter ideológico, dado o crescimento da propaganda republicana junto das camadas inferiores do exército. Porém, é provável que factores de natureza corporativa também tenham acicatado a agitação nos quartéis.

Formal ou informalmente, soldados e oficiais de baixa patente incentivaram a luta antilusitana encabeçada pelo jornal *A Tribuna*, inserindo-a numa frente de contestação política e social que visava, em

última instância, eliminar o poder e a autoridade governativas.⁵⁵ A substituição das chefias militares vem modificar este quadro. Sem o apoio institucional, o periódico é obrigado a uma maior contenção e o clima de instabilidade atenuar-se-á lentamente, para o que também concorreu a diminuição da emigração portuguesa para o Pará, nos anos imediatamente posteriores a estes acontecimentos.⁵⁶

Conclusão

Nos anos setenta do século XIX, uma vaga nacionalista exprimiu-se na imprensa de oposição no Pará, sendo liderada sobretudo pelo jornal *A Tribuna*. O princípio constitucional da livre-concorrência é criticado, exigindo-se a nacionalização do comércio de retalho, controlado em grande parte por indivíduos de nacionalidade portuguesa. A propósito disto ou daquilo, os portugueses residentes naquele estado são atacados, vindo à tona os preconceitos antilusitanos que permaneciam em estado latente desde, pelo menos, a independência do Brasil. A hostilidade polariza-se em torno dos comerciantes, qualificados como estrangeiros, não obstante outros emigrantes europeus partilharem o comércio paraense.

Acentue-se, porém, que no agitado cenário político da década de 1870, este discurso se enquadra na estratégia de oposição à facção política no governo. Este era aparentemente fomentado por fracções do exército que, desde o fim da guerra do Paraguai, ansiavam por entrar formalmente na política, mas funcionava como um instrumento de mobilização das camadas sociais mais desfavorecidas da população paraense, descontentes com a crise económica e com o desemprego.

Este movimento de protesto não pôs, todavia, em causa, o curso normal do relacionamento entre os dois povos no Pará. Os portugueses procuravam integrar-se na sociedade paraense, acomodar-se às novas linhas de rumo da economia, embora o seu campo de acção se venha a tornar cada vez mais restrito devido à competição com comerciantes de outras nações e, sobretudo, à crescente participação de brasileiros no sector comercial.

Artigo recebido em junho de 2014

Aprovado em agosto de 2014

NOTAS

* Este artigo, com ligeiras alterações, está publicado na obra *Os “brasileiros” da emigração*, Seminário no Museu Bernardino Machado, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 22 e 23 de Setembro de 1998, coordenação de Jorge Fernandes Alves, Vila Nova de Famalicão, 1999, pp. 80-91.

** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal) / Centro de História da Sociedade e da Cultura irenemcv@fl.uc.pt

¹ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (A.M.N.E.), Consulado de Portugal no Pará, Caixa 526, 1870-1879, 14 e 18 de Fevereiro, 17 de Março e 19 de Setembro de 1873; *O Progressista*, n.º 137, 20 de Março de 1873; *Correspondência de Coimbra*, n.º 14, IV anno, 4 de Abril de 1875.

² Para outros casos de antilusitanismo no Brasil, após a independência, veja-se, entre outros, Marcus Carvalho, “O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848”, *Emigração/Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Algés, Editorial Fragmentos, Lda, 1993, pp. 145-160; Gladys Sabina Ribeiro, “Por que você veio encher o bandulho aqui? Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha”, *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3ª), pp. 631-654.

³ A.M.N.E. Consulado de Portugal no Pará, Caixa 526, 1870-1879, 23 de Maio de 1872.

⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva, *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil 1850-1938*, Rio de Janeiro, Editorial Nórdica Lda., 1992, p. XVIII.

⁵ “Cabanagem”, *Nôvo Dicionário da História do Brasil*, org. geral Departamento Editorial Melhoramentos, ilustrado, 2.^a edição revista, S. Paulo, p. 119.

⁶ Para outros casos de incidentes ocorridos entre portugueses e brasileiros, assim como para as respectivas polémicas na imprensa veja-se, entre outros, Moreira Telles, *Brazil e Portugal (Apontamentos para a história das relações dos dois países)*, Lisboa, Livraria Ventura Abrantes, s. d..

⁷ Artigo de *A Tribuna* de 31 de Março de 1874, reproduzido in *O Conimbricense* de 4 de Julho de 1874.

⁸ Foram consultados os seguintes periódicos conimbricenses: *O Tribuna Popular* (1874-1875); *A Nação. Jornal Religioso e Político* (01-01-1875 a 26-06-1875); *O Conimbricense* (1872-1876); *Correspondência de Coimbra* (1872-1875) e *O Progressista* (1872-1875).

⁹ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 27 de Abril de 1871.

¹⁰ A paz foi assinada com o Paraguai em 1 de Março de 1870.

¹¹ Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. V, *O Império e a Ordem Liberal*, 3.^a edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1971, pp. 1813-1831.

¹² Nestes dois anos não só diminuiu a produção de bens de consumo corrente como se reduziram sensivelmente as safras do cacau e da castanha. Cfr. *A Tribuna* de 6 de Maio de 1872.

¹³ A.M.N.E., Consulado Português no Pará, 22 de Junho de 1875. Segundo a documentação oficial, em 1874, encontravam-se encarcerados na prisão de Belém do Pará 13 cidadãos portugueses, estando 6 por falência comercial, A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 31 de Janeiro de 1874.

¹⁴ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 27 de Abril de 1871.

¹⁵ Diário do Governo, n.º 284, 16 de Dezembro de 1874.

¹⁶ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 30 de Setembro de 1870.

¹⁷ Augusto de Carvalho, *O Brazil. Colonização e emigração*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1876, pp. 327-328. Não consegui obter quaisquer dados relativos ao número de portugueses no Pará. As únicas informações que colhi reportam-se ao censo demográfico de 1940. Nesse ano, os portugueses eram em número de 5657 (54,5%), num universo de 10373 estrangeiros. Os dados retrospectivos referentes ao período anterior a 1880 registam a existência de 40 estrangeiros no estado do Pará, dos quais apenas um não falava português; no período de 1880-1889, o número de estrangeiros elevava-se a 215, sendo em número de dois, os que não falavam a língua portuguesa. Poder-se-á daqui inferir que os estrangeiros falantes de português tinham a nacionalidade portuguesa? *Recenseamento geral do Brasil (1.º de Setembro de 1940), Série Regional Parte III – Pará*, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, pp. 10-12.

¹⁸ Este sistema é descrito nos seguintes termos: “Um desses ambulantes adianta a um índio não civilizado 100, 200, 300 mil réis de artigos que, pagos pelo seu valor real, mal perfaziam, 10, 20 ou 30 mil réis. E, a fim de pagá-los, o índio tem de trabalhar

anos inteiros, evitar a atenção das autoridades, deixar a aldeia e não empregar-se em serviço público. O tempo que devia levar, plantando mandioca, arroz, milho, feijão e outros gêneros necessários, desperdiça-o à procura de drogas, e dêse enorme desperdício de tempo auffer muito pouco resultado. Êsses ambulantes são cancos [...]”, Robert Avé-Lallemant, *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, p. 1961, p. 129.

¹⁹ Augusto de Carvalho, *ob. cit.*, p. 328.

²⁰ “Pará”, *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 14, Lisboa, Editorial Verbo, p. 1253.

²¹ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 27 de Abril de 1872.

²² A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 27 de Abril de 1872 e *A Tribuna. Periodico popular*, n.º 17, 2.º anno, 22 de Abril de 1872.

²³ Uma situação que era comum à maior parte das cidades brasileiras. Num estudo sobre a presença portuguesa na Baía nos anos de 1856-1857, esclarece-se que os brasileiros eram proprietários de 44% dos estabelecimentos comerciais e os portugueses de 35%, Herbert S. Klein, “A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”, *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2.º), pp. 235-265. Para outros casos veja-se também Tânia Penido Monteiro, *Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XIX. Emigração e comércio*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos, 1985.

²⁴ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 31 de Dezembro de 1874.

²⁵ “Ciclo da borracha”, *Nôvo Dicionário da História do Brasil*, *ob. cit.*, pp. 156-157.

²⁶ Segundo o periódico *Correspondência de Coimbra* (n.º 14, IV anno, 4 de Abril de 1875), o qual reproduz informações estatísticas da recebedoria do Pará, quer os valores de exportação da borracha, quer o seu preço por Kg sofreram uma redução em 1874, relativamente ao ano anterior, o que se reflectiu na diminuição das receitas governamentais e no aumento das falências comerciais.

²⁷ O periódico português *A Nação* dava conta no seu n.º de 16 de Maio de 1875 da criação, na cidade do Rio de Janeiro, de uma associação “destinada a impedir a todo o custo o casamento de herdeiras ricas brasileiras com portugueses” e, no Pará, de uma outra destinada a “infamar na sua honra conjugal os portugueses casados”.

²⁸ Pedro Colmon, *ob. cit.*, pp. 1825-1828; Maria Beatriz Nizza da Silva, Cecília M. Westphalen, Márcia Graf, *História do Brasil, Colônia-Império-República*, Porto, Universidade Portucalense, 1991, p. 111.

²⁹ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 5 de Junho de 1876; *A Província do Pará*, 29 de Maio de 1876. As palavras deste jornal são muito críticas quanto à participação de portugueses em associações maçónicas, afirmando-se a dado passo: “É na maçonaria: Sim, é aí. É aí que eles tramam contra a liberdade, honra, família e crenças do povo brasileiro. É aí, porque a maçonaria é o receptáculo e valhacouto: dos incendiários, dos ladrões, dos assassinos que Portugal exporta para a nossa terra”.

³⁰ Joel Serrão, “Maçonaria”, *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 872.

³¹ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 9 de Maio de 1874.

³² A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 27 de Abril de 1871.

³³ Maria Beatriz Nizza da Silva, *ob. cit.*, p. XX.

³⁴ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 23 de Maio de 1872. Segundo *O Conimbricense* de 11 de Outubro de 1873 “nalgumas classes menos ilustradas essa propaganda tem encontrado eco”.

³⁵ *A Tribuna. Periodico popular*, n.º 8 e 9, 4.º anno, 24 de Fevereiro e 3 de Março de 1874, in A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 1874.

³⁶ A título meramente chocarreiro, este jornal apelará à “criatividade” dos seus leitores sugerindo-lhes a composição de glosas, dando o seguinte mote: “Se a cobra cascavel/É danada e tem peçonha/Marinheiro é bicho porco/Descarado e sem vergonha” (*A Tribuna. Periodico popular*, n.º 20, 2.º anno, 13 de Maio de 1872). As respostas não se fizeram esperar e, no n.º seguinte deste periódico, foram publicadas várias glosas, umas das quais versejava assim: “Que o luzitano é atrevido,/Que o cadáver sempre é morto/,Eu também digo e afirmo,/Marinheiro é bicho porco”; “Vem da pátria como Adão/Fingido como cegonha,/Pouco depois é ladrão,/Descarado e sem vergonha” (*A Tribuna. Periodico popular*, n.º 21, 2.º anno, 20 de Maio de 1872).

³⁷ *A Tribuna. Periodico popular*, n.º 20, 2.º anno, 13 de Maio de 1872. Este jornal menciona a experiência ocorrida na cidade de Pernambuco, cuja assembleia provincial decretara recentemente o abatimento de 20% em certos impostos para toda a “casa de comercio que tivesse todos os caixeiros brasileiros”. Salienta, no entanto, que a revogação desta medida foi solicitada por razões de ordem económica (diminuição das receitas camarárias, etc.), contrapondo-se à argumentação aduzida.

³⁸ *A Tribuna. Periodico popular*, n.º 21, 2.º anno, 20 de Maio de 1872.

³⁹ *A Tribuna. Periodico popular*, n.º 8, 4.º anno, 3 de Março de 1874.

⁴⁰ Em Maio de 1872 é assassinado no distrito de Anapá um caixeiro comercial, de seu nome Manuel Alves Rodrigues, quando procedia a cobranças, por ordem do seu patrão. Em Junho de 1873 é assassinado em Breves, um comerciante. No ano seguinte, um outro cidadão português apareceu morto no rio Arapuá. Em Setembro de 1874 são assassinados na ilha Jurupary (termo de Chaves), por um grupo de homens de cor, os súbditos portugueses Zeferino Manuel Pereira de Araújo e Manuel José Rodrigues, que ali estavam estabelecidos com negócios de fazendas e géneros. Neste mesmo ano é assassinado, em Belém do Pará, o calafate António Cândido do Vale por um soldado do batalhão de infantaria de linha. No ano seguinte, em Belém do Pará, no dia 31 de Janeiro de 1875, é assassinado por estrangulamento, na sua taberna, mais um comerciante português. Ainda no decurso deste ano, respectivamente em Maio e Dezembro, são assassinados dois súbditos portugueses, sendo um deles caixeiro comercial. Este assassinato ocorreu no rio Tabocal (distrito de Irituia) (A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará).

⁴¹ *O Conimbricense*, n.º 2835, 26 de Setembro de 1874.

⁴² Leia-se, a título de exemplo, o seguinte extracto da imprensa: “Não nos cançaremos em mostrar aos nossos compatriotas o açougue que para os portugueses são as terras de Santa Cruz. Por um ou outro português que allí acha fortuna não valle a pena arriscar tanta vida preciosa”, *O Progressista*, n.º 277, 23 de Julho de 1874.

⁴³ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 23 de Maio de 1872.

⁴⁴ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 22 de Outubro de 1874. Segundo os jornalistas deste periódico, tratar-se-ia de um insulto proferido em retaliação a uma

ofensa feita por Ramalho Ortigão nas *Farpas* aos brasileiros e ao imperador do Brasil (Pinto de Carvalho (Tinop), “Ramalho Ortigão”, *Lisboa de outrora*, 1.º vol., Lisboa, Edição do Grupo “Amigos de Lisboa”, 1938, p. 28).

⁴⁵ Em Dezembro de 1874 embarcaram para Portugal 25 cidadãos lusos, destinando-se 16 a África. Cada passagem ficou ao Estado em 35000 réis, moeda brasileira, orçando a totalidade em 875000 réis. Em Janeiro de 1875, são repatriados mais 23 portugueses (A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 22 de Outubro de 1874; 17 de Janeiro de 1875).

⁴⁶ Alguns grupos de colonos foram enviados para Moçâmedes em 1839 e 1849, na sequência de perseguições de que eram alvo em terras de Vera Cruz, sobretudo na zona de Pernambuco, Raúl José Candeias da Silva, *Subsídios para a história da colonização do distrito de Moçâmedes durante o século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, pp. 9-94, em particular; p. 11 e 20.

⁴⁷ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 7 de Fevereiro de 1874.

⁴⁸ Confidencial, A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 7 de Janeiro de 1874.

⁴⁹ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 17 de Novembro de 1874.

⁵⁰ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 27 de Novembro de 1874.

⁵¹ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 7 de Fevereiro de 1874.

⁵² A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 17 de Janeiro e 4 de Março de 1874.

⁵³ Afigura-se plausível que para esta agitação tenham concorrido também factores de natureza corporativa. O seu esclarecimento exige, no entanto, o recurso a fontes não disponíveis em Portugal.

⁵⁴ A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 14 de Dezembro de 1874.

⁵⁵ Nos anos de 1875 e 1876 é na cidade de Manaus que ocorrem as manifestações mais violentas da “soldadesca” contra cidadãos portugueses, sendo aliás, simultâneas às “correrias dos índios” do rio Purús, sobre os moradores das margens, pondo em causa a sua vida e respectivos bens (A.M.N.E.), Consulado de Portugal no Pará, 9 de Outubro de 1875 e 10 de Agosto de 1876).

⁵⁶ Segundo palavras do cônsul de Portugal, a emigração portuguesa encontrava-se, em 1879, em “grande decadência” (A.M.N.E., Consulado de Portugal no Pará, 31 de Julho de 1879).